



CÂMARA MUNICIPAL

Município de Rio Bonito do Iguaçu

Estado do Paraná

7ª Legislatura

4ª Sessão Legislativa

8ª Sessão Ordinária

ATA Nº 020/2020 – SESSÃO ORDINÁRIA

Aos seis dias do mês de Julho do ano de dois mil e vinte às dezenove horas na sede da Câmara Municipal de Rio Bonito do Iguaçu, Estado do Paraná, sob a Presidência do Vereador Irineu Ferreira Camilo, o qual fez à verificação da presença dos Senhores Vereadores pela ordem: Clauvir Viola, Edson Rodrigo Camargo, Gilvan José Kóten de Oliveira, José Ferreira da Silva, Luiz Fernando Moreira, Milton Rodrigues da Silva, Olide Bovino e Oseias de Oliveira. O Senhor Presidente verificando quórum legal deu início aos trabalhos da hora do expediente. Pediu à secretária que faça a leitura da ata anterior. O vereador Gilvan José Kóten de Oliveira pediu a dispensa da leitura da mesma. Aprovada por unanimidade. Deram entrada as seguintes matérias: Parecer técnico opinativo subscrito pelo Ricardo Corso – Assessor técnico – jurídico FUNPRERBI Referente Projeto de Lei nº 015/2020 que Dispõe sobre as alíquotas de contribuição mensal dos Servidores Ativos, Inativos, Pensionistas, do Município para o FUNPRERBI e forma de amortização do déficit técnico atuarial (custo suplementar) para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial e dá outras providências. Fica comunicado o plenário. Anexe-se ao Projeto de Lei para subsidiar estudos da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Parecer Jurídico nº 027/2020 subscrito pelo Saviano Cericato – Jurídico, Câmara Municipal de Vereadores referente Projeto de Lei nº 015/2020 que Dispõe sobre as alíquotas de contribuição mensal dos Servidores Ativos, Inativos, Pensionistas, do Município para o FUNPRERBI e forma de amortização do déficit técnico atuarial (custo suplementar) para obtenção do equilíbrio financeiro e atuarial e dá outras providências. O senhor Presidente frisou que nos dois pareceres, os jurídicos seguiram a emenda constitucional nº 103 de 12 de novembro de 2019 e a portaria 1.348 de dezembro de 2019, havendo uma concordância nos dois pareceres. Saliu em seguida a comissão de economia, finanças

e Fiscalização, estará fazendo o parecer da mesma, de acordo com estes pareceres. O nobre presidente lembrou que o prazo para votação deste projeto de lei é até a data de 31/07/2020. Fica comunicado o plenário. Anexe-se ao Projeto de Lei para subsidiar estudos da Comissão de Economia, Finanças e Fiscalização. Pedido de Informação nº 002/2020 subscrito pelos Vereadores Edson Rodrigo Camargo, Irineu Ferreira Camilo, Luiz Fernando Moreira e Olide Bovino solicitando que seja prestado no prazo de 30 dias as seguintes informações: I - Cópia do documento oficial elaborado pelo Executivo Municipal visando estabelecer período e formas de atendimento ao público nos setores da Administração Pública, diante do enfrentamento da COVID-19; II - Os atendimentos essenciais no interior do Paço Municipal, estão sendo realizados em horário regular atendendo as demandas básicas da população; III - Cópia do cronograma de atendimentos dos servidores no cumprimento dos horários e atendimentos e seus respectivos setores; IV - Foi expedido documento por parte do Executivo Municipal no cumprimento do uso obrigatório de mascarás de proteção facial em vias públicas e em ambientes abertos públicos e privados no município de acordo com a Lei Estadual nº 20.189, de forma a garantir mais segurança à população reduzindo danos a economia local, evitando a disseminação do vírus, tendo em vista a declaração de estado de calamidade pública verificada no Decreto Municipal nº 047/2020 de 16/04/2020? Se sim, encaminhar cópia. V - Pelo qual motivo ainda não foi feito o trabalho de desinfecção nas vias públicas, conforme ofício 035/20 de 18/05/2020 protocolado junto ao executivo, antecipando maiores consequências no combate à disseminação do vírus. Aceito pela entrada. Encaminhe-se a discussão única e votação. Pedido de Informação nº 003/2020 subscrito pelos vereadores Edson Rodrigo Camargo, Irineu Ferreira Camilo, Luiz Fernando Moreira e Olide Bovino solicitando que seja prestado no prazo de 30 (trinta) dias as seguintes informações: I. Qual é o valor total que o município de Rio Bonito do Iguazu deverá receber referente a ajuda financeira no combate do COVID - 19 do Governo Federal prevista na lei Complementar 173/2020; II. Que seja informado a forma do recebimento do recurso (integral ou parcelas). Se for parcelas, qual o valor já recebido?; III. Qual é o método de vinculação destinado do recurso (livre e reservado) ?; Em qual setor ou área está ou será aplicado o recurso livre?; IV. Houve elaboração e planos de ações para investimentos dentre as Secretária de domínio do recurso referente á preservação da população e defesa contra o Coronavírus; cópia das planilhas; V. Houve decreto de criação de Comissão para o combate ao COVID -19 devido a Declaração de Calamidade Pública conforme decreto 047/2020 de 16/04/2020, se sim, cópia do documento; VI. Se foi adquirido e qual foi o processo usado na compra de equipamentos ou materiais convenientes para assistência contra o COVID -19. Informar classes dos materiais, valor despendido e cópia das notas fiscais; Aceito pela entrada. Encaminhe-se a discussão única e votação. Nada mais havendo em matérias do expediente, passa-se para matéria de discussão única e votação. Deram entrada as seguintes matérias: Pedido de Informação nº 002/2020; O senhor Presidente esclareceu que tem acompanhado outros municípios da região, que os prefeitos parecem estar mais preocupados com o COVID-19, fazendo decretos da questão do distanciamento, uso obrigatório de mascarás, desinfecção nas ruas, enquanto nosso município que começou bem, com um trabalho preventivo excelente, aproveitou para parabenizar a secretaria de saúde e seus profissionais pelo empenho, mas depois que o vírus se instalou no município, não houve mais trabalho de prevenção para a população. Frisou que estão fazendo este pedido de informação para que o prefeito apresente os decretos de funcionamento, que é uma cobrança da população e os profissionais que estão fazendo o atendimento. Enunciou que é um pedido para que o executivo faça essa conscientização, para que no futuro não haja mais perdas na economia, pois nenhuma das lideranças quer que o comércio seja prejudicado. Afirmou que o comércio precisa estar aberto, produzindo e gerando empregos, mas para isso o município precisa fazer um trabalho

Handwritten signatures and initials at the bottom of the page, including names like 'Edson', 'Irineu', 'Luiz', and 'Olide'.

